
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2023 NO ESTADO DO CEARÁ DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

Às dezesseis horas do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, nos Auditórios 2 e 4 – Deputados Almir Pinto e Abelardo Costa Lima, do Complexo de Comissões Técnicas Permanentes, **sob a presidência do Deputado Sérgio Aguiar**, deu-se início à Audiência Pública para Demonstração do Cumprimento das Metas Fiscais dos Poderes e do Ministério Público Referentes ao Segundo Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará. Compuseram a Mesa o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, Deputado Sérgio Aguiar, o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes Santos, o Secretário-Executivo de Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, Márcio Cardeal Queiroz da Silva, e o Deputado estadual Sargento Reginauro, membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação. Registrou-se a presença, ainda, dos demais técnicos da Secretaria da Fazenda que se fizeram presentes. Aberta a Audiência Pública, o Deputado Sérgio Aguiar ressaltou que a audiência ocorria em cumprimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, e apresentou seus cumprimentos a todos os assessores, assessoras e colaboradores da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará que se fizeram presentes. Após a abertura dos trabalhos, o Deputado Sérgio Aguiar concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, Fabrício Gomes, para que ele fizesse a exposição sobre os resultados fiscais do segundo quadrimestre de 2023. Em sua exposição, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes analisou o perfil das contas públicas do Estado do Ceará, avaliando as Receitas, as Despesas, os Investimentos, a Dívida Pública, o Resultado Primário, as Operações de Crédito, os Gastos com Educação, Saúde, Pessoal e todas as outras matérias pertinentes à saúde financeira do Estado do Ceará. Entre os pontos mencionados, merece destaque o fato de que o Exmo. Sr. Fabrício Gomes informou que, embora os estados e os municípios estejam passando por uma situação bem delicada no que diz respeito às finanças públicas, tendo em vista a perda de arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Estado do Ceará vem buscando fazer os ajustes necessários para se alcançar um equilíbrio fiscal, de modo que se verificou um crescimento nominal positivo das receitas correntes no acumulado de janeiro a agosto de 2023. A receita corrente acumulada no período está em torno de 21,5 bilhões de reais, mas, de acordo com o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, seria possível perceber o impacto negativo na arrecadação do ICMS em decorrência da aprovação das leis complementares nº 192/2022 e nº 194/2022, que limitam a cobrança do imposto nos setores de combustíveis, energia elétrica e comunicações. A estimativa de perda de arrecadação de ICMS para o período é de 1,4 bilhão de reais, valor que, de acordo com o secretário, poderia ter sido utilizado em investimentos e na implantação de políticas públicas em benefício da sociedade cearense. No que diz respeito às transferências correntes, o Secretário da Fazenda informou que o Fundo de Participação dos Estados (FPE) estava crescendo relativamente bem até o mês de junho de 2023, mas houve uma queda nos repasses para o FPE nos meses de julho, agosto e setembro, sendo que tal perda ficaria ainda mais relevante quando se considera o montante que deixou de ser arrecadado a título de arrecadação própria no período. Quanto à questão do FPE, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes informou que foi apresentada uma proposta de recomposição dos valores junto ao Comsefaz (Comitê Nacional de Secretarias da Fazenda) e que a questão agora está sendo tratada pelo Congresso Nacional por meio de um projeto de lei complementar, sendo que tal projeto já foi aprovado pela Câmara Federal e se encontra em tramitação no Senado Federal. Diante de todo esse cenário, embora seja possível -----




	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará

verificar um crescimento na receita corrente líquida em 7,1% para o período, tal crescimento seria menor do que o verificado em períodos anteriores à aprovação das leis complementares nº 192/2022 e nº 194/2022. Assim, de acordo com o Exmo. Sr. Fabrício Gomes, a Secretária da Fazenda estaria realizando estudos sobre como avançar na arrecadação sem, contudo, estrangular a economia, o que o Governo do Estado estaria fazendo por meio de incentivo às indústrias e à geração de emprego, sendo, no período de janeiro a agosto de 2023, teria sido registrado um saldo positivo de cerca de quarenta mil empregos no Estado do Ceará. No que diz respeito aos demais resultados do Estado do Ceará para o período, o Secretário da Fazenda informou que foi registrada uma despesa corrente em torno de 19,3 bilhões de reais, o que, frente à receita corrente de aproximadamente 21,5 bilhões de reais, demonstra um superávit de cerca de 2,2 bilhões entre janeiro e agosto de 2023. A despesa com pessoal, a seu turno, está em torno de 12 bilhões de reais, valor que estaria estabilizado e dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. No que diz respeito aos gastos com educação, o percentual atual está em 24,51%, valor próximo aos 25% exigidos pela Constituição. Quanto à saúde, informou-se que os gastos atualmente estão 2,77% acima do mínimo exigido, que é de 12%. No que tange o resultado primário do Estado, verificou-se que, neste ano, foi registrado um superávit de cerca de 1,4 bilhão de reais, valor um pouco menor que o montante de aproximadamente 1,5 bilhão registrado no mesmo período do ano passado. Contudo, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes esclareceu que, em termos de ranqueamento nacional, o Estado do Ceará, no ano de 2023, melhorou em relação aos outros estados, o que demonstraria que a gestão cearense está conseguindo manter um bom trabalho mesmo diante das dificuldades enfrentadas no período. Por fim, quanto à dívida pública, o secretário afirmou que a dívida está controlada e com tendência de queda, vez que a dívida consolidada líquida no primeiro quadrimestre estava em 29,47% em relação à receita corrente líquida, sendo que tal percentual caiu para 26,11% ao fim do segundo quadrimestre. Retomando a palavra, o Deputado Sérgio Aguiar agradeceu ao Dr. Fabrício pela exposição e, antes de conceder a palavra aos demais Deputados, solicitou que o secretário explicasse um pouco mais sobre a promessa de recomposição do FPE e sobre a arrecadação do Estado, levando em consideração as perdas de ICMS em decorrência da aprovação das leis complementares nº 192/2022 e nº 194/2022 e o crescimento verificado em outros setores da economia. Quanto ao FPE, o Secretário da Fazenda esclareceu que, atualmente, a proposta que tramita no Congresso Nacional prevê uma recomposição do FPE para os estados em relação aos meses de julho e agosto, sendo essa recomposição apenas nominal. Para os municípios (FPM), há a previsão de recomposição real referente aos meses de julho, agosto e setembro. Contudo, o secretário destacou que esse projeto de lei complementar ainda está em análise e existe uma pressão para que o projeto seja melhorado. Quanto à arrecadação do Estado para o período, o Exmo. Sr. Fabrício Gomes explicou que o ICMS, embora esteja crescendo em termos nominais, ele estaria caindo em termos reais. Para o período, teria sido verificado uma perda de arrecadação de ICMS em cerca de 1,4 bilhão de reais nos setores de combustíveis, energia elétrica e comunicações, impactados pelas referidas leis complementares, e um crescimento de cerca de 380 milhões, referente ao crescimento de outros setores da economia em relação aos quais também incide o ICMS. Além do ICMS, verificou-se que o resultado do período também foi impactado positivamente pelas arrecadações do IPVA e do FPE, que vinha crescendo até o mês de junho do corrente ano. Após os esclarecimentos, o Deputado Sérgio Aguiar concedeu o uso da palavra ao Deputado Sargento Reginauro, que, após saudar todos os presentes, citou um levantamento feito nacionalmente que demonstrou que cerca de 61% dos municípios cearenses estariam no vermelho. O Deputado afirmou, ainda, que os repasses do Governo do Estado para os municípios neste ano estariam menores que os



	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-027-02
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	DATA REVISÃO:	11/01/2023

Ata da Audiência Pública para a Apresentação do Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2023 no Estado do Ceará

repasses verificados para o mesmo período do ano passado e questionou se haveria alguma perspectiva de recuperação para esse cenário. O secretário esclareceu que, por determinação constitucional, 25% da arrecadação do ICMS é destinada aos municípios. Assim, a queda na arrecadação do ICMS em decorrência da aprovação das leis complementares nº 192/2022 e nº 194/2022 ocasionou uma queda nas transferências constitucionais para os municípios. Quanto a um possível plano de recuperação, o Secretário da Fazenda relembrou as negociações no Congresso Nacional na aprovação de uma lei complementar para recompor a queda nos repasses para o FPE e o FPM. Além disso, no que diz respeito à política de governo, o secretário informou que o Governador Elmano tem trabalhado para trazer investimento para os municípios para que haja a geração de empregos e renda, sendo que, do período de janeiro a agosto do corrente ano, foi verificado um saldo positivo de cerca de quarenta mil empregos gerados no Estado. Por fim, o secretário concluiu afirmando que as políticas públicas que têm sido efetivadas no Estado do Ceará estão sempre buscando a melhoria da qualidade da vida da população cearense, e, como a população cearense está no município, não teria como o Governo do Estado não olhar com muito cuidado para os municípios cearenses. Por fim, não havendo mais quem quisesse utilizar a palavra, o Deputado Sérgio Aguiar deu por cumprida a exigência do artigo 9º, parágrafo 4º da LRF, quanto ao segundo quadrimestre de 2023. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a presente audiência pública. E, para constar, eu, Matheus de Lavor Araújo Matheus de Lavor Araújo, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida será assinada pelo presidente da Audiência Pública, Deputado Sérgio Aguiar Sérgio Aguiar.